

URAP

UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

Série 4 - n.º 133 - Out./Dez.-2011 • Trimensário - € 0,20
Propriedade da União de Resistentes Antifascistas Portugueses
geral@urap.pt

• LEVY BAPTISTA*

Comboio dos 1000 a Auschwitz e visita às cidades da Guerra Civil espanhola

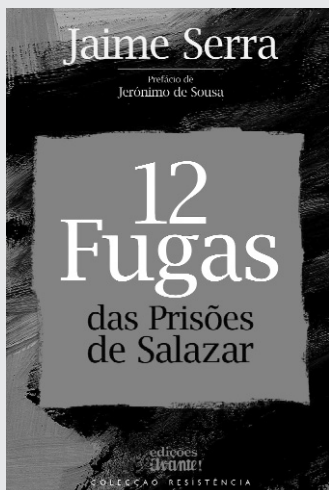
A URAP promove em Maio duas interessantes iniciativas: uma viagem organizada ao campo de concentração de Auschwitz e uma visita às cidades da Guerra Civil espanhola. As inscrições para ambas deverão ser feitas para a URAP

MND e as eleições de 1951



Página 6

Livro 12 Fugas das prisões de Salazar



Páginas 4 e 5

Defender a democracia, resistir à agressão

A profunda modificação política iniciada no nosso país com a Revolução de Abril, com o histórico *regresso das caravelas* ao original espaço territorial europeu, deu origem, na Constituição de 1976 (CRP - Tít. III, Direitos e deveres económicos, sociais e culturais), através do Estado de direito democrático, ao Estado social, com as conquistas dos trabalhadores que as forças sociais e políticas então ultrapassadas jamais aceitaram, apesar da hipocrisia e da reserva mental com que largos sectores seus votaram essa mesma Constituição.

A necessidade de, por um lado, recuperar um tempo (quase meio século de fascismo) de privação de direitos e de cidadania, e, por outro, assegurar que não se voltava atrás, levou os deputados constituintes a, na esteira da Declaração Universal dos Direitos Humanos ("libertar o ser humano da miséria e do medo"), elaborar uma Constituição não apenas política (ao contrário das de 1911 e 1933), mas também com um profundo conteúdo económico e social.

Daí que alguns tenham considerado a Constituição demasiado programática ou até barroca. Mas a razão de ser desse aparente

excesso era a ânsia de desenhar um país novo, largando, definitivamente, o lastro do atávico atraso em que durante séculos vegetáramos.

Apesar das sete revisões a que foi sujeita, e do golpe constitucional que significou a sobreposição da Constituição Europeia à ordem jurídica nacional, com os resultados a que assistimos, quer nos planos financeiro e económico quer no plano da decisão política, a Constituição da República Portuguesa continua a ser um baluarte do Estado de direito democrático e do Estado social nascido da Revolução de Abril.

A componente anti-democrática da actual política, originada de fora na *troika* europeia e prosseguida ou apoiada, internamente, por forças políticas que menosprezam conceitos essenciais como soberania, independência e, acima de tudo, dignidade nacional, está a resultar objectivamente naquilo que a ânsia de *rèvanche*, de ajuste de contas, que os sectores derrotados na Revolução de Abril nunca desistiram de alcançar: o desmantelamento do Estado social. Ou como, referindo-se à Grécia e aos "gregos com a faca na garganta", diz Noelle Burgi: "A intervenção das forças transna-

cionais que alimentam pelo menos desde há trinta anos o projecto de desconstrução do Estado social foi substituída a nível nacional por actores que durante muito tempo foram parte interessada de um sistema clientelista, ineficaz e corrupto".

Nesse ataque à democracia constitucional o Governo entrou num "vale tudo", como se a Constituição não existisse, como se o Estado de direito democrático fosse um empecilho à sofreguidão restauracionista das forças revanchistas que representa. A ofensiva anti-democrática do Governo e do Parlamento que o sustenta ultrapassa as exigências da troika europeia e os programas eleitorais com que os respectivos partidos se apresentaram ao país. Donde a patente falta de legitimidade democrática e o manifesto abuso de poder com que o Governo actua, invocando uma falaciosa inevitabilidade, e de que se refere como exemplar a proposta de aumento do tempo de trabalho sem retribuição, versão moderna da época da escravatura e antevisão do regresso aos tempos do "sol a sol" e das praças de jorna.

A essa política anti-democrática há que opor com intransigência a defesa da Constituição, que passa pela

defesa dos direitos que esta consagra, passa pela defesa da democracia., usando o direito de resistência que a própria CRP prevê: "Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública" (art. 21). Na presente situação os cidadãos terão que recorrer à autoridade pública suprema que é o próprio Povo, titular da soberania popular, fundamento do Estado de direito democrático em que se consubstancia a República Portuguesa (arts. 2º e 3º).

Perante a situação de absoluto não-direito em que o Governo se colocou, ao assumir o colaboracionismo com a ocupação do país pela troika europeia, o direito de resistência que assiste ao povo português não pode limitar-se à resistência passiva, à aceitação resmungona da brutal agressão de que é vítima. O previsível aumento dos ataques aos direitos, liberdades e garantias justifica e exige que se intensifique a resistência activa, com tudo aquilo que permite e impõe o art. 109 da CRP: "A participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático(...)". Há assim que, com todos os meios por que o poder democrático se manifesta, intensificar a luta que vem sendo travada, com maior ou menor dimensão, de que ficou o exemplo da greve geral de 24 de Novembro, nos mais variados sectores de actividade, seja por trabalhadores da Administração Pública, central e local, e eleitos autárquicos, seja por agricultores e vitivinicultores, estudantes, reformados e pensionistas, ou, ainda, dinamizar o enorme potencial que representam as organizações populares de base territorial (comissões de moradores, colectividades, etc). Para não deixarmos que nos matem a esperança, que nos roubem o futuro.

(*) Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Reuniu o Conselho Nacional

O Conselho Nacional da URAP, órgão criado na última assembleia geral, reuniu pela primeira vez no dia 5 de Novembro. A reunião foi dirigida pelo também presidente da Assembleia-geral Levy Baptista.

Foi aprovada a elaboração de uma petição, a ser enviada à ONU, no sentido de serem respeitados os direitos humanos referidos nos artigos 22º e 23º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A petição seguirá também para o Comité Executivo da FIR, para que esta possa, se o entender, desenvolver a recolha de assinaturas a nível europeu.

A petição considera que as decisões tomadas nos últimos anos pela «generalidade dos governos dos países da Europa têm provocado uma progressiva degradação e afectado duramente os direitos civis, políticos, culturais, sociais e económicos destes povos» e solicita à ONU que intervenha junto dos governos destes países no sentido de exigir a aplicação integral dos direitos.

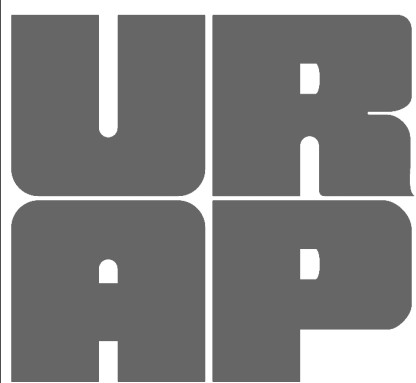
A URAP em actividade

Os Núcleos da URAP de Alhandra, Amadora, Santa Iria de Azóia, Setúbal e Sintra reuniram-se na sede da URAP, em Lisboa, em 04 de Outubro, visando a troca de informações e experiências destinadas ao reforço da organização e actividade.

Na reunião, foi realçada a importância das sessões realizadas nas escolas por ocasião do 25 de Abril e da passagem de filmes sobre a Resistência, como o "48" e "A Fuga".

Foi considerado positivo todo o trabalho desenvolvido em torno dos ficheiros e de fundos, embora se mantenham quotas demasiado baixas e quotas por cobrar em alguns núcleos.

A necessidade de um melhor aproveitamento da comunicação social regional para divulgação de iniciativas foi lembrada, referindo-se o exemplo de Setúbal onde é possível ter uma hora por semana numa rádio.



URAP

Propriedade e edição
da União de Resistentes Antifascistas
Portugueses
Membro da Federação Internacional
de Resistentes

Director: Ana Pato

Paginação e Grafismo: Rui Galveias

Redacção e Administração
Rua Bernardo Lima, 23 - 1º Esq.
1150-075 Lisboa • Telefone 213 576 083



Francisco Lobo

Os 80 anos de um lutador

A URAP, a Câmara Municipal de Setúbal e o Partido Comunista Português promoveram uma homenagem a Francisco Lobo, membro do Conselho Nacional da URAP, que fez 80 anos a 17 de Novembro passado.

A cerimónia, que decorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal no dia 18, quis assinalar a vida deste democrata dedicada à defesa da liberdade e da democracia em Portugal.

Desde cedo, quando ainda trabalhava numa oficina do Barreiro, sua terra natal, que Francisco Lobo tomou consciência da exploração, do obscurantismo, do medo e da repressão.

Apesar da chuva, o Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal encontrava-se cheio de amigos, muitos dos quais tomaram a palavra, salientando-se a intervenção de Zacarias, seu colega de trabalho na fábrica e na edilidade, e de Leal que referiu a sua camaradagem e a grande disponibilidade do homenageado para a luta pela construção de um Portugal democrático.

Presente igualmente a presidente da Câmara de Setúbal, Maria das Dores Meira, que salientou o enorme trabalho do Francisco Lobo enquanto presidente da Câmara de Setúbal.

Francisco Leonel Rodrigues Lobo foi presidente da Câmara de Setúbal e integrou os órgãos directivos da URAP. Foi ainda director do boletim da URAP durante vários anos.



José Neves Amado

Homenagem em Aveiro

O Auditório do Museu de Aveiro acolheu, no passado dia 14 de Outubro, mais de 70 pessoas numa sessão promovida pelo Núcleo de Aveiro da URAP.

A sessão evocativa do marinheiro tarrafalista José Neves Amado foi um acontecimento importante não só para quem o conheceu - e foram muitos os que nela participaram - como para os mais jovens e todos aqueles que, tendo-o conhecido ou não, procuraram a real dimensão do papel do indivíduo na construção dos colectivos que promovem o progresso social na história.

Na mesa estiveram presentes os filhos do homenageado, Rosa Amado e Francisco Amado, Jorge Sarabando, Marília Villaverde Cabral, coordenadora da URAP, e António Regala que orientou os trabalhos da sessão.

De destacar, no público, a presença do Presidente da Junta de Freguesia de Glória, Fernando Marques, que se associou, desde o primeiro momento, ao conjunto de iniciativas de homenagem. Nesta ocasião informou que o Executivo da Junta a que preside, e por unanimidade, deu parecer

favorável à atribuição do nome de José Neves Amado, Comendador da Ordem da Liberdade, a uma importante via da cidade. Esta foi uma das informações prestadas por António Regala a abrir a sessão.

Seguiu-se um momento musical em que, acompanhada por Manuel Reis à guitarra, Ana Serrano interpretou, no violino, as canções heróicas de Fernando Lopes Graça: Mãe Pobre, Trovas

da Prisão e Jornada. Este momento emotivo evoca, sobretudo, a superação que os prisioneiros faziam da sua condição, através da cultura e do saber.

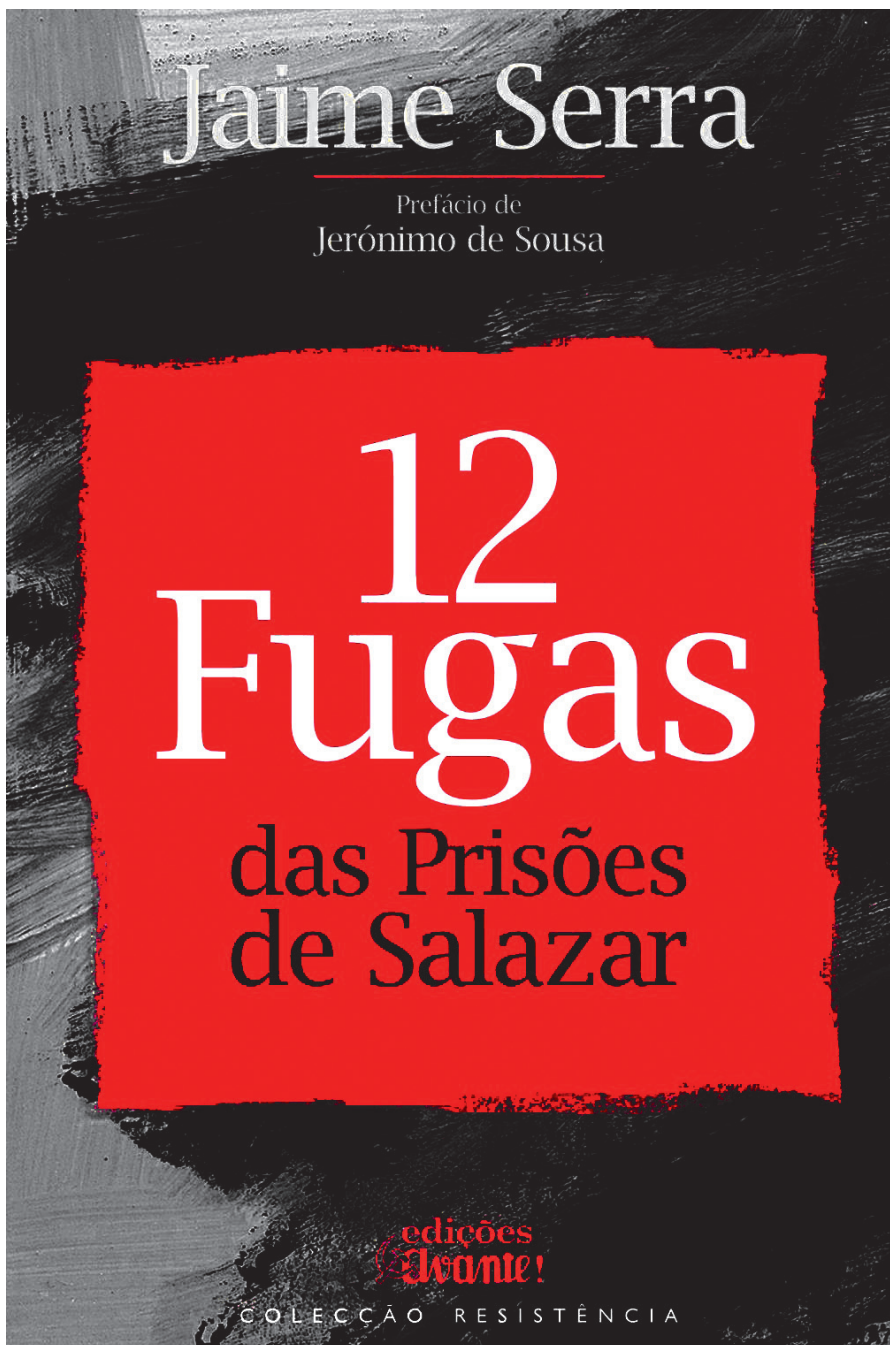
O contexto histórico, nos planos nacional e internacional, em que se deu a Revolta dos Marinheiros de 1936, foi amplamente detalhada por Jorge Sarabando. Na verdade esta acção exigiu grande coragem e determinação dos revoltosos, entre os quais se incluía José Neves Amado.

Por sua vez, Francisco Amado, leu algumas passagens de um texto escrito pelo seu pai em 1998, onde as condições de sobrevivência no campo do Tarrafal - onde se incluiu uma descrição da horrível "frigideira" - ilustravam bem a natureza criminosa do regime fascista.

Marília Villaverde Cabral, coordenadora da URAP, evocou também os mortos no Tarrafal, recordando a massiva demonstração de massas à data da chegada dos restos mortais desses heróis assassinados.

A finalizar, mais uma incursão pela poesia. Do público surgiu António Oliveira que, tendo sido colega de José Neves Amado, lhe dedicou um belo poema onde exprime a sua profunda admiração pelo homenageado.

O PCP, na Assembleia Municipal de Aveiro, propôs a atribuição do nome de José Neves Amado a uma rua, avenida ou praça, proposta que parece bem encaminhada, tendo em conta o bom acolhimento que tem merecido por parte de todos os quadrantes políticos da cidade.



Fugir pa

São muitas as razões para saudarmos estas «12 Fugas das Prisões de Salazar» que o Jaime Serra organizou e as edições Avante publicaram.

Desde logo porque estes relatos – vivos, reais, mostrando-nos uma relevante faceta da resistência antifascista – constituem um valioso contributo para o combate à campanha de branqueamento e negação do fascismo que está a ser levada a cabo pelos historiadores do sistema.

Neste livro confirmamos que, ao contrário do que propagam esses mercenários da historiografia, o fascismo foi uma realidade: uma realidade que oprimiu e reprimiu Portugal e os portugueses durante quase cinco décadas, recorrendo aos mais brutais e desumanos métodos e práticas; uma realidade à qual o povo português opôs uma corajosa resistência, à custa de perseguições, de prisões, de torturas, de assassinatos – e, se quisermos ser rigorosos, há que dizer que os militantes comunistas ocuparam sempre a primeira fila dessa resistência; enfim, uma realidade sobre a qual, como disse o Poeta, «é preciso avisar toda a gente/dar notícia/informar/prevenir»..., para que fascismo nunca mais.

Lendo este livro, acompanhamos a par e passo todo o processo de preparação de 12 fugas dos cárceres fascistas, o engenho e a arte postos na elaboração de cada uma delas, as perspectivas positivas e as negativas que iam surgindo no decorrer do processo, a ousadia e a coragem indispensáveis ao êxito de cada empreendimento.

Nuns casos com grande espectacularidade (a fuga de Caxias, no carro blindado de Salazar, é disso exemplo);

• JOSÉ CASANOVA

Para prosseguir a luta

noutros casos com audaciosas manobras preparadas e executadas no máximo segredo (recorde-se a fuga de Peniche); noutros casos assentes essencialmente na criatividade e na coragem individuais (como foi a fuga de Jaime Serra, de Caxias), cada fuga constituía um verdadeiro acto de resistência antifascista.

Várias houve que fracassaram e de três dela nos dá conta Jaime Serra – a confirmar que fugir de qualquer das super-vigiadas prisões fascistas não era tarefa fácil...

No prefácio, Jerónimo de Sousa refere a dada altura, muito justamente, o facto de Jaime Serra estar «excepcionalmente vocacionado para nos falar de tudo o que, neste caso, importa falar: o regime fascista com o seu carácter terrorista, opressor e explorador; a resistência dos que se lhe opuseram ao longo de meio século: pela democracia, pela liberdade, pelos direitos e interesses dos trabalhadores e do povo – e a coragem e a determinação que tal postura exigia».

Com efeito, ninguém reuniria melhores condições para nos contar estas fugas do que Jaime Serra: destacado dirigente do Partido Comunista Português, preso por 4 vezes e, em todas elas, vencendo heroicamente as autênticas provas de fogo que eram os interrogatórios da PIDE; os julgamentos nos tribunais fascistas; e as severas condições prisionais no cumprimento da pena – ele evadiu-se por três vezes dos cárceres fascistas, reocupando sempre o seu lugar nas fileiras de luta do seu Partido.

Esta era, aliás, uma característica de todos os militantes comunistas que fugiam

da prisão: fugiam para retomar a luta, sabendo que muito possivelmente poderiam voltar a ser presos e que, se assim fosse, voltariam os interrogatórios pidescos, as torturas, os julgamentos com juízes fascistas... e também, como por vezes, aconteceu, novas fugas...

Mas, mesmo assim, e sabendo tudo isso, fugiam.

E com essas fugas escreviam, sabendo-o ou não, algumas das mais belas páginas da história da resistência ao fascismo em Portugal.

“12 Fugas das Prisões de Salazar” de Jaime Serra lançado em Almada

O livro “12 Fugas das Prisões de Salazar”, da autoria de Jaime Serra, foi apresentado dia 3 de Dezembro em Almada por José Casanova com a presença do autor, numa iniciativa do Núcleo da Cova da Piedade/Almada da URAP.

Para José Casanova “12 fugas das Prisões de Salazar” é um livro/testemunho contra todos aqueles que dizem ou escrevem que “o fascismo nunca existiu, o que existiu foi o Estado Novo”, que Salazar até era “um democrata” e que pretendem branquear um dos períodos mais negros da nossa História.

Este livro afirma três verdades: primeira, que o fascismo existiu; segunda, que a resistência ao fascismo existiu; e terceira que os comunistas estiveram na primeira fila da resistência.

José Casanova sublinhou que num momento em que Portugal volta a ser dominado pela ditadura do grande capital nacional e internacional, cuja face visível é a “troika”, o livro de Jaime Serra é um apelo à luta pela defesa da Democracia, da Soberania Nacional.

A sessão de lançamento, que decorreu na URPICA - União de Reformados do Concelho de Almada, foi moderada por Mário Araújo, da direcção da URAP, e contou com a presença de associados, autarcas, associados e directores das colectividades e membros das comissões de trabalhadores e dirigentes sindicais locais.



Sessão na Biblioteca-Museu República e Resistência

O MND e as «Eleições» de 1951

O Movimento Nacional Democrático (MND) e as Eleições de 1951 foram o tema de uma sessão realizada a 22 de Outubro, em Lisboa, que contou com a participação de António Areosa Feio, Aurélio Santos e Silas Cerqueira.

Moderada por David Pereira, do Conselho Directivo da URAP - organização que com o Biblioteca Museu República e Resistência promoveu o debate -, a sessão contou com a projecção de documentos e imagens evocativas da história do MND, desde a sua constituição em 1949, e da candidatura de Ruy Luís Gomes à Presidência da República, cedidos especialmente por Areosa feio e pelo Partido Comunista Português.

O MND contou nas suas fileiras com destacados vultos da resistência antifascista, pertencendo à Comissão Central e Comissões distritais personalidades como Ruy Luís Gomes, Virgínia Moura, Maria Lamas, Areosa Feio, Lobão Vital, José Morgado e Lino Lima.

António Areosa Feio, antigo membro da Comissão Central do MND, centrou a sua alocução na constituição do MND, em 1949, na sequência da intensa campanha presidencial de Norton de Matos e da sua luta de massas, afirmando que o movimento se assumiu como seu legítimo continuador.

O MND foi uma plataforma que buscou a construção da unidade antifascista na esteira do trabalho desenvolvido nos anos anteriores e que em 1958, nas campanhas de Arlindo Vicente e Humberto Delgado, continuou a recolher a adesão de milhares de portugueses, disse Areosa Feio, acrescentando que desde o seu início o MND se viu forçado a conviver com a intensa repressão que o fascismo lhe ditou.

Por seu lado, Aurélio Santos, membro do Conselho Nacional da URAP e seu antigo coordenador, recordou como o MND foi o continuador dos grandes movimentos de unidade antifascista em Portugal, evocando o Movimento Nacional de Unidade Antifascista (MUNAF), em 1943, e o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em 1945, após uma cisão devido à integração do Portugal fascista como membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO).

Aurélio Santos evocou também a concepção anti-militarista que, alguns anos mais tarde, muitos milicianos das Forças Armadas abraçaram e que esteve na génese do MFA, Movimento das Forças Armadas, que após a Revolução de Abril permitiu a concretização da Aliança Povo-MFA. Para Aurélio Santos continua ainda hoje a ser muito importante a união por objectivos concretos, como o da defesa do maior bem comum que o povo possui: o Portugal de Abril, com os seus avanços democráticos que a universalidade dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais finalmente concretizou após 1974, e que actualmente se encontram seriamente ameaçados por mais de três décadas de políticas praticadas exactamente ao seu arrepio.

O último orador, Silas Cerqueira, investigador em Estudos Africanos e destacado activista do movimento pela Paz durante o regime fascista e após o 25 de Abril, relatou a forma como convivera com vários dos membros do MND como Maria Lamas, membro do Conselho Mundial da Paz, ou Ruy Luís Gomes e José Morgado, devido ao seu precoce envolvimento no movimento pela Paz em Portugal.

Segundo Silas Cerqueira, a ideia que países como os EUA ou a Grã-Bretanha eram apoiantes activos da ditadura fascista portuguesa nesses anos não foi apreendida por alguns sectores oposicionistas ao regime fascista, não assumindo assim uma perspectiva contrária ao imperialismo estrangeiro em Portugal.

Coube-lhe igualmente uma

viva evocação da memória dos heróis da luta antifascista portuguesa, enquanto intérpretes de uma acção inestimável para que o povo português pudesse recuperar o seu bem mais precioso e que foi confiscado durante 48 anos pelo fascismo: a liberdade.

O moderador, David Pereira, encerrou a sessão - que reuniu mais de três dezenas de sócios e amigos da URAP no auditório da Biblioteca-Museu da República e Resistência - após um debate que permitiu o conhecimento de mais pormenores da riqueza histórica da resistência antifascista portuguesa até à Revolução de 1974.

David Pereira sublinhou o exemplo dos patriotas antifascistas, garantindo que estão sempre vivos nas lutas do presente e do futuro e que a URAP se empenha em contribuir para essa linha de actuação nos dias de hoje e sobretudo junto das novas gerações.



O MND
E AS ELEIÇÕES DE 1951

COMISSÃO CENTRAL

MOVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO

22 Outubro 2011 - 16.00H
BIBLIOTECA MUSEU E RESISTÊNCIA
Espaço Cidade Universitária
Rua Alberto de Sousa, nº 10 A - Zona B do Rêgo
1600-002 Lisboa

Resistência Húngara caluniada

O Conselho Directivo da URAP enviou uma mensagem de solidariedade ao presidente da Organização de Resistência Antifascista da Hungria (MEASZ) e presidente da Federação Internacional de Resistentes – Associação Antifascista (FIR), Vilmos Hanti, vítima de calúnias de organizações reacçãoárias que forjaram falsas imagens associando-o a símbolos de cariz fascista e nazi.

O incidente registou-se na sequência de uma manifestação pública, dia 22 de Outubro, em protesto contra a decisão da autarquia de Budapeste de nomear para directores do Teatro Nacional dois indivíduos de forças de carácter fascista.

A URAP, tal como outras organizações antifascistas, nomeadamente membros da FIR, vê

com grande preocupação a nomeação de indivíduos abertamente fascistas para cargos de direcção pública, como é o caso do Teatro Nac de Budapeste, sabendo o seu papel fulcral na recuperação e branqueamento do fascismo.

Este facto está ligado à ofensiva geral e global em curso que corrói e destrói os fundamentos básicos dos regimes democráticos, degradando e esvazi-

ando todas as características mais avançadas e progressistas das sociedades, retirando direitos políticos, económicos, sociais e culturais que demoraram décadas a serem arduamente conquistados pelos povos. Para a URAP, também no plano internacional, só o trabalho de unidade e de luta para que os povos decidam realmente do seu próprio destino pode vencer estes ataques



Ofensa aos antifascistas

A URAP endereçou uma missiva à Fundação Amílcar Cabral sobre a atribuição a Adriano Moreira, pela Universidade do Mindelo, ao grau de doutoramento honoris causa. Para a URAP, trata-se de uma ofensa à memória dos combatentes que foram enviados para o Campo de Concentração do Tarrafal. A URAP lembra que Adriano Moreira foi o ministro que, em 1961, decidiu reabrir o campo para aí encerrar prisioneiros africanos.



FIR condena...

A Federação Internacional de Resistentes – Associação Antifascista (FIR) condenou o governo da Estónia por autorizar uma comemoração pública de antigos criminosos de guerra das divisões das SS da Estónia e da Letónia.

No evento, realizado em Julho em Sinimäe, estiveram igualmente presentes vários jovens da extrema-direita, que designaram a "Legião Estónia" como "combatentes pela liberdade" e "heróis da independência".

Num comunicado assinado por Vilmos Hanti, presidente, e Ulrich Schneider, secretário-geral, a FIR considera particularmente vergonhoso que os representantes do Governo da Estónia não se tenham demarcado publicamente deste encontro, tendo mesmo o ministro dos Negócios Estrangeiros da Estónia afirmado que quaisquer críticas formuladas acerca desta inicia-

tiva estavam erradas e baseadas em "estereótipos ideológicos", considerando-as "manipulação ideológica".

Acresce que o deputado Trivimi Velliste anunciou que o ministro da Defesa da Estónia, Mart Laar, prometeu que os integrantes da 20.ª divisão das SS receberiam automaticamente o estatuto de "combatentes pela liberdade".

Em consequência, o documento da FIR afirma:

«os crimes das SS não são "manipulação ideológica", tendo antes ficado provados no Tribunal Internacional de Nuremberga depois da II Guerra Mundial.[...]

«Não pode ser aceite que um Governo da Comunidade Europeia acredite que pode ignorar este documento fundamental do direito internacional.»

E acrescenta: «o fascismo não é uma opção política, mas um crime!»

COMBOIO DOS 1000 JOVENS ANTIFASCISTAS AUSCHWITZ - BIRKENAU

MAIO 2012



A Associação Auschwitz, o Instituto de Veteranos (INIG) e a Federação Internacional dos Resistentes - a que a União de Resistentes Antifascistas Portuguesas (URAP) pertence - associaram-se para organizar "O Comboio dos 1000", uma viagem de comboio participada por 1000 jovens europeus, com destino à Auschwitz.

Esta viagem permitirá jovens de toda a Europa conhecerem os campos de concentração e outros protagonistas da luta anti-fascista, e sobre a memória e o compromisso com a história. É uma visita à localidade histórica e um momento de desenvolvimento da consciência democrática dos valores dos direitos humanos.

Esta viagem é uma homenagem às vítimas das forças democráticas sobre a Alemanha nazi.

EM WWW.URAP.PT
INSCREVE-TE

UNIAO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES
A ASSOCIACAO AUSCHWITZ, O INSTITUTO DE VETERANOS (INIG) E A FEDERACAO INTERNACIONAL DOS RESISTENTES - A QUE A UNIAO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES (URAP) PERTENCE - ASSOCIARAM-SE PARA ORGANIZAR "O COMBOIO DOS 1000", UMA VIAGEM DE COMBOIO PARTICIPADA POR 1000 JOVENS EUROPEUS, COM DESTINO A AUSCHWITZ.

ESTA VIAGEM PERMITIRA JOVENS DE TODA A EUROPA CONHECEREM OS CAMPOS DE CONCENTRACAO E OUTROS PROTAGONISTAS DA LUTA ANTI-FASCISTA, E SOBRE A MEMORIA E O COMPROMISSO COM A HISTORIA. E UMA VISITA A LOCALIDADE HISTORICA E UM MOMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA CONSCIENCIA DEMOCRATICA DOS VALORES DOS DIREITOS HUMANOS.

ESTA VIAGEM E UMA HOMENAGEM AS VITIMAS DAS FORÇAS DEMOCRATICAS SOBRE A ALEMANHA NAZI.

Comboio dos 1000

Realizar-se-á, de 5 a 10 de Maio de 2012, uma viagem organizada ao campo de concentração de Auschwitz que juntará 1000 jovens europeus. Esta viagem, chamada Comboio dos 1000, é organizada pela Federação Internacional de Resistentes (FIR – Associação Antifascista) – organização de que a URAP é membro – em colaboração com o Instituto dos Veteranos (INIG) e a Fundação Auschwitz.

O comboio, reservado especialmente para a ocasião, partirá de Bruxelas em direcção a Auschwitz. Nele viajarão jovens de vários países europeus, bem como sobreviventes de campos de concentração e outros veteranos, permitindo assim o contacto directo entre os jovens e os protagonistas da luta antifascista.

A URAP convida todos os jovens interessados a fazerem parte da presença portuguesa neste encontro internacional de juventude em defesa dos valores democráticos. Apelamos também à divulgação desta iniciativa junto das escolas, de colectividades, associações juvenis, etc.



Visita às Cidades da Guerra Civil Espanhola

A URAP promove, de 11 a 18 de Maio de 2012, uma visita às cidades da Guerra Civil Espanhola.

A viagem inclui a visita a Madrid, Burgos, Bilbao, Guernica, San Sebastian, Zaragoza e Barcelona. Estão abertas as inscrições.

Todas as informações detalhadas sobre o Comboio dos 1000 e sobre a visita às Cidades da Guerra Civil Espanhola podem ser encontradas em www.urap.pt. A URAP poderá ser contactada para o esclarecimento de quaisquer dúvidas, inscrições, etc., através do telefone e fax 213 576 083 (das 14H00 às 16H30), do telemóvel 914 891 139 ou do endereço electrónico geral@urap.pt.

Saiba mais em www.urap.pt



Consultem!
Divulguem!

Colaborem enviando notícias, comentários, sugestões para o endereço electrónico da URAP:
geral@urap.pt

- *Actividades da URAP*
- *História da resistência antifascista em Portugal e no mundo*
- *Literatura e poesia de combate*
- *Artigos de opinião*